

Ano XI — Nº 31

Maio/jul 1991



ISSN 0103233X

Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

TRABALHO & SAÚDE

A vida pede socorro

Tanto dentro do local de trabalho como fora dele a vida dos trabalhadores é desrespeitada pela ganância dos empresários.

A Semsat deste ano discutirá essa questão. Leia matéria na pág. 9.

e mais:

- Petroleiros e o risco de acidentes. pág. 6
- Ford burla legislação. pág. 8
- Asbestos será regulamentado por nova lei. pág. 4



MANIFESTO

Em defesa da Seguridade Social

Os Participantes do Seminário "Desafios e Perspectivas da Seguridade Social", promovido pelo Seesp e pelo Diesat manifestam-se, de maneira contundente, em defesa do caráter público do sistema de Seguridade Social Brasileiro, posicionando-se contra quaisquer tentativas, abertas ou veladas, de sua privatização.

A defesa da Constituição de 1988, naqueles artigos que dizem respeito a este sistema, e sua aplicação das leis já existentes e rápida elaboração e aprovação daquelas exigidas pela realidade, constituem uma trincheira segura para a manutenção do caráter público do sistema, bem como do seu aprimoramento.

Face ao índice de 41% de aposentadoria por invalidez decorrentes de acidentes do trabalho, onerando os cofres da Previdência e diminuindo a população economicamente ativa, os trabalhadores não poderão arcar com mais descontos de seus salários sob o título do seguro de acidentes do trabalho, uma vez que as empresas dão origem à causa acidentária e portanto devem assumir a responsabilidade de seguro integralmente, independente do dolo ou culpa.

A aposentadoria complementar deve ser mecanismo criado no âmbito do sistema previdenciário e com caráter público, apoiada em instituição financeira pública e na implementação de cláusulas favoráveis nos acordos, convenções ou contratos coletivos de trabalho.

Todos exigem a participação dos trabalhadores da ativa e aposentados através de suas entidades sindicais representativas, nos órgãos diretivos de gestão autônoma de todos os setores do sistema de Seguridade Social Brasileiro.

Finalmente, conclamam o movimento sindical e suas entidades, dos sindicatos às centrais, a tomarem todas as iniciativas necessárias em defesa das conquistas e avanços na Previdência, constituindo um verdadeiro fórum sindical unitário em defesa do sistema público de Seguridade Social.

São Paulo, 13 de maio de 1991

**Este manifesto foi aprovado durante o Seminário "Desafios e Perspectivas da Seguridade Social" realizado na Câmara Municipal de São Paulo, em 13 de maio de 1991, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) e pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat).*

ÍNDICE

Manifesto Previdência	PÁG 02	CLAT	PÁG 07
Ao leitor	PÁG 03	Denúncia Ford	PÁG 08
Espaço Aberto	PÁG 03	SEMSAT	PÁG 09
Lei Asbestos	PÁG 04	Estante	PÁG 10
Projeto Perícias	PÁG 05	Sinopse	PÁG 11
Pesquisa petroleiros	PÁG 06 e 07	Expediente	PÁG 11

Ao Leitor

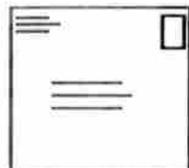
Esta é a terceira revista que você assinante recebe neste ano. Depois de um ano conturbado, com atrasos em alguns números, conseguimos regularizar a periodicidade da **Trabalho & Saúde**. Pretendemos mais, não se surpreenda se na próxima edição você começar a notar outras mudanças. O **Informe** também se revelou um instrumento importante para agilizar informações. E a área de publicações tem se mostrado importante para divulgar o trabalho que os técnicos do **Diesat** desenvolvem no Brasil inteiro.

O grande evento a se realizar nos próximos meses com o apoio do **Diesat** será a XI Semsat. A Semsat já tem data confirmada, 7, 8 e 9 de novembro. O local ainda está sendo estudado, mas tão logo seja

decidido informaremos. O tema dessa Semsat será "a questão ambiental e a saúde do trabalhador" e vem a calhar, já que no ano que vem teremos a ECO-92 e o movimento sindical precisa tirar suas posições e encaminhar reivindicações (leia matéria na pág. 9).

Neste número estamos fazendo uma denúncia contra a Ford que não respeita a legislação e utiliza de subterfúgios para afastar trabalhadoras com tenossinovite. E, como **Trabalho & Saúde** se pretende uma revista atual e ágil, estamos enviando para você em primeira mão a nova legislação sobre o asbestos que entrará em vigor a partir de 29 de novembro. Tenha uma boa leitura e nos escreva se tiver alguma sugestão.

Espaço aberto



Tenho 33 anos e trabalho na empresa Ford Indústria e Comércio Ltda há 8 anos e 4 meses.

Esta empresa localiza-se em Guarulhos e produz rádios e gravadores para exportação. Realizo trabalho de inserção de componentes eletrônicos em placas de circuito impresso e monto aparelhos. Para esse trabalho, há milhares de trabalhadores, em geral mulheres, montadoras, que trabalham em linhas de montagem, em sistema de esteiras rolantes.

Como centenas de colegas minhas, tenho tenossinovite desde 1987. Após ter ficado afastada por acidente de trabalho (nº 1/09148344), de 14/12/87 a 01/08/88, fui encaminhada pela perícia do INPS de Guarulhos ao Centro de Reabilitação Profissional do próprio INPS. Lá a conclusão da equipe multidisciplinar foi a de que eu estava impossibilitada para continuar a exercer minha profissão e, assim, fui encaminhada para a agência do INPS de Guarulhos com a indicação de receber auxílio-acidente (40% do salário de contribuição do segurado vigente no dia do acidente, mensal e vitalício), devido a pessoas que sofrem acidente ou doença do trabalho e apresentam sequelas que impedem o exercício da antiga função.

Na agência do INPS, após eu ter passado por perícia médica, a escriturária Eliete Severo Ramos carimbou a minha carteira profissional confirmando a "indenização" (auxílio acidente). Como de costume levei a carteira profissional, carimbada regularmente, ao Departamento de Pessoal da FORD, que me devolveu uma semana depois com outro carimbo, da

mesma escriturária, Eliete Severo Ramos, só que desta vez com os dizeres: "sem sequelas indenizáveis", anulando a decisão anterior.

Depois disso, fiquei quase 1 ano afastada em tratamento, novamente por problemas de mesma causa, ou seja, movimentos repetitivos.

Recebi alta e desde junho de 1990 (após ter dado a luz) estou trabalhando novamente, apesar de continuar com dores que pioram com os movimentos do meu trabalho e que me impedem de fazer qualquer serviço em casa ou mesmo de segurar meu filho de meses no colo. Dezenas de colegas doentes abriram mão da estabilidade garantida por acordo coletivo, e pediram demissão, pois não aguentaram esta situação. Tenho muitas avaliações médicas feitas em vários locais, inclusive pela equipe do Programa de Saúde dos Trabalhadores - SUDS R. 6, que comprovam minha incapacidade para esse tipo de trabalho.

Pergunto ao INPS o que aconteceu com a minha indenização. Por que ela foi concedida e depois retirada misteriosamente após eu ter entregue a Carteira Profissional à empresa?

Zizumina Madalena Munhos

Comentário:

Esta é uma carta que foi enviada à coluna "A cidade é sua" do jornal "Folha de S. Paulo" e que não foi publicada. Acharmos por bem torná-la do conhecimento dos nossos leitores já que se trata de um grave problema que atinge diariamente um número expressivo de trabalhadores. É lamentável que este tipo de problema tenha tão pouco espaço nos veículos da grande imprensa.

Asbestos têm nova lei

Mário Bonciani

Foi publicada no último dia 29 de maio a Portaria 01 do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Previdência Social que altera o anexo 12 do NR 15, referente a utilização profissional do asbesto.

O asbesto ou amianto é uma fibra natural altamente agressiva para o organismo humano. Além da conhecida ação cancerígena, produz uma doença pulmonar irreversível - a asbestose. O Brasil é o quarto produtor mundial da fibra. A quantidade extraída torna o país auto-suficiente, permitindo ainda que cerca de 20% da produção seja exportada. Do asbesto que permanece no Brasil cerca de 80% é consumido na indústria de fibramento, 13% na fabricação de materiais de fricção e embreagem e 7% nos demais ramos, principalmente têxtil, químico e plástico.

A exploração econômica de fibra nos países da América Latina é controlada por duas multinacionais de origem francesa e Suíça, conhecidas no Brasil pelo nome fantasia de Brasilit e Eternit. As duas são as únicas responsáveis pela atividade de extração da fibra, sendo proprietárias, em partes iguais, da mina localizada no interior de Goiás. Nas atividades industriais, que consomem a fibra como matéria prima, as duas multinacionais têm uma participação estimada de 40%, atuando no setor de fibrocimento. O movimento sindical brasileiro, a partir de 87, começou a desenvolver ações concretas, objetivando intervir sobre as condições de trabalho dos trabalhadores expostos ao asbesto. Neste período, o STI Ladrilhos e Produtos de Cimento de Capivari (base territorial da Brasilit / Capivari), em conjunto com médicos e engenheiros da DRT/SP, criaram um grupo, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho na utilização do asbesto. A partir daí outras entidades institucionais e o setor patronal integraram-se ao grupo, criando-se então o "GIA - Grupo Interinstitucional do Asbesto".

No final de 88, ocorreu em Mongaguá - SP, o II Encontro Latino - Americano de sindicatos de trabalhadores do setor de cimento - amianto, organi-



zou pela Flemacon (Federação Latino - Americana da Edificação, Madeiras e Materiais de Construção). A partir do encontro, o movimento sindical passou a articular ações em nível nacional que culminaram com a assinatura de acordo coletivo válido para todas as empresas de fibrocimento do Brasil.

Em junho do ano passado, o Diesat promoveu em São Paulo o Seminário Intersindical sobre asbesto, contando com a participação de representante do Greenpeace (Dr. Mário Elppman), da OIT (Dr. Bernardo Bedricow) e de sindicatos de diversas categorias de São Paulo e do Rio. Durante os dois dias foi apresentada a experiência de luta dos sindicatos e definida uma direção comum de intervenção. Concluiu-se que a utilização do asbesto é um problema para todos da América Latina e que a luta sindical deve orientar-se pela substituição de fibra. Em nível institucional deve-se exigir a criação de mecanismos legais que restrinjam a utilização do asbesto, com rígidos controles sobre a exposição.

A Portaria 01/91 atinge em parte os objetivos do Seminário. Pela referida portaria fica proibida a utilização do asbesto do grupo anfíbio (o mais agressivo para o homem), bem como o trabalho do menor de 18 anos em setores onde possa haver exposição à fibra.

O limite de tolerância foi reduzido de 4 para 2 fibras/cm³, sendo que

para o setor de fibrocimento, acordo coletivo assinado em nível nacional, reduz o Limite de Tolerância para 1 fibra/cm³.

Os sindicatos dos trabalhadores passam a acompanhar as avaliações ambientais, podendo solicitar avaliações complementares ou impugnar outras junto às autoridades competentes.

O empregador passa a ser obrigado a fornecer uniforme completo, com troca mínima de duas vezes por semana, sendo responsável por sua lavagem. As empresas que utilizam asbesto devem instalar vestiários duplos com local independente para troca de roupa de trabalho e roupa pessoal.

Caberá aos fornecedores do asbesto, bem como aos fabricantes e fornecedores de produtos contendo asbesto, a rotulagem preventiva, conforme especificação da norma. Todos os produtos contendo asbesto deverão ser acompanhados de "instrução de uso", contendo: tipo de asbesto — riscos à saúde e doenças relacionadas — e medidas de controle e proteção adequadas.

Caberá ao empregador a realização de exames periódicos durante 30 anos após a demissão do trabalhador.

As medidas previstas na portaria 01/91 passarão a vigorar a partir do próximo 29 de novembro.

Mário Bonciani é médico do trabalho, assessor técnico dos sindicatos e fiscal da DRT.

ENTREVISTA

Técnico explica "projeto de perícias"

Como se sabe, os sindicatos, as entidades sindicais e os trabalhadores em geral têm encontrado sempre grandes dificuldades no atendimento das questões de saúde, Previdência Social, reintegração de cipeiros, assistência médica e reabilitação profissional. Faltam informações e orientações sobre a legislação e o funcionamento das instituições e dos poderes públicos. Não há uma estrutura básica de serviços. São poucos os técnicos e assessores especializados e, ao mesmo tempo, comprometidos com a luta dos trabalhadores e dos sindicatos.

Também falta um banco de dados, fundamental nessas questões, para a melhor capacitação dos trabalhos e das políticas de saúde e de Seguridade Social. Preocupado com o assunto, e visando o enfrentamento de todos esses problemas e desafios, o Diesat realizará um seminário nos dias 26 e 27 de setembro, provavelmente no Instituto Cajamar, a fim de que se discuta um Projeto de Perícias, a partir de texto básico já elaborado pelo técnico Antônio José Rebouças que esclarece alguns pontos desse projeto na entrevista a seguir:

T&S: O que vem a ser o projeto de perícias?

Rebouças: É uma proposta que pretende avançar no enfrentamento das questões relacionadas à saúde dos trabalhadores e da Previdência Social por parte das entidades sindicais.

T&S: Quais os pontos do projeto que você considera mais importantes?

Rebouças: Na minha opinião, o mais importante é o banco de dados que permitirá o conhecimento dos principais problemas relacionados a acidentes e doenças do trabalho, as respectivas causas nos setores de atividades e das faixas etárias de maior incidência, permitindo a realização de pesquisas sobre esses assuntos. Outro, também importante, é a orientação que isso vai dar para o movimento sindical direcionar sua política de saúde e Seguridade Social.

T&S: De onde surgiu a idéia de fazer um projeto de perícias?

Rebouças: Da deficiência constatada de quadros técnicos nas assessorias de sindicatos e da falta quase total de informações aos trabalhadores e sindicalistas. É importante destacar que ainda é um projeto, e por esse motivo está aberto para a discussão. Acredito que após a realização do Seminário de perícias isso ficará mais claro. O seminário será o marco.

T&S: E como será possível viabilizar esse projeto?

Rebouças: Isto também será objeto de discussão do seminário. Agora, posso dizer que está havendo muito interesse por parte de vários sindicatos e o momento parece propício para

Um sindicalista sueco o considerou muito avançado

a viabilização desses objetivos.

T&S: Mas como que se daria o acompanhamento e a divisão da atuação sobre perícias por parte do Diesat?

Rebouças: Na minha opinião deveriam ser constituídos grupos de 4 ou 5 sindicatos para uma atuação autônoma, mas conectada com o Diesat que prestaria supervisão e assessoria.

T&S: Em que o movimento sindical sairia ganhando com a viabilização desse projeto?

Rebouças: Ele teria a possibilidade de ter dados estatísticos que as insti-

tuções não revelam sobre acidentes de trabalho e tipos de doenças que se dão nas diferentes categorias e as conseqüências geradas.

T&S: Já existe uma experiência si-

A viabilização desse projeto será um grande avanço

mlar a essa do seu projeto em algum outro país?

Rebouças: Não. Inclusive um sindicalista sueco mostrou-se surpreso e o considerou bastante avançado.

T&S: Quando se começou a discutir esse projeto?

Rebouças: O projeto foi apresentado para a diretoria do Diesat no final de 88 e foi aprovado para ser discutido.

T&S: Todo o Brasil seria atingido com a viabilização do projeto?

Rebouças: Sim. Mas formando-se grupos autônomos que mantivessem vínculo com o Diesat para fins de assessoria e formação de um banco geral de dados.

T&S: A viabilização desse projeto seria um avanço para a questão da saúde do trabalho?

Rebouças: Acredito que sim, por isso estamos preocupados com a formação de novos quadros de assessoria especializada. Sem dúvida, seria um grande avanço a viabilização desse projeto.



Antônio José Rebouças no Seminário de Penosidade e Periculosidade

Os petroleiros e a convivência diária com o risco

Maristela Dalbello Araújo

Como conseguem, os petroleiros, trabalhar diariamente num local de alto risco?

Qual o sofrimento que isto implica?

As repercussões que o trabalho pode trazer à saúde têm sido estudadas e debatidas de diversas maneiras. Vários são os argumentos que afirmam a necessidade de serem observados outros aspectos além daquilo que é conhecido como "doença profissional".

São argumentos que chamam a nossa atenção para o desgaste do ponto de vista psicológico, produzido pelo trabalho.

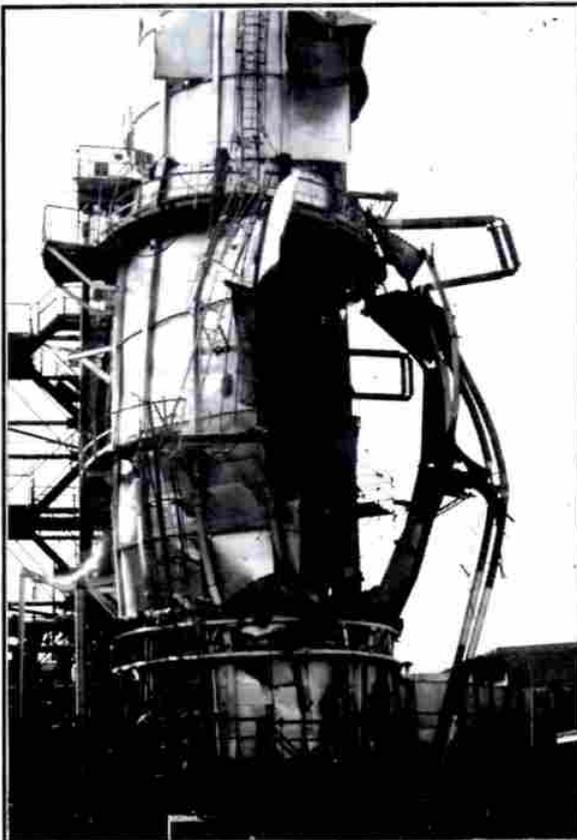
Alguns autores vão além e explicitam a "carga" psicológica que implica trabalhar em locais perigosos, ou seja: se expor constantemente a riscos no local de trabalho.

Muitas vezes a consciência do perigo existe, mas as possibilidades de enfrentar concretamente a situação parecem tão distantes...resta a saída de se acostumar àquilo tudo, se adaptar e tocar a vida.

Então, é preciso compreender melhor o esforço (por vezes muito grande) que a adaptação a determinadas formas de trabalho pode gerar. Esforço este que se expressa de variadas maneiras, as quais temos chamado de SOFRIMENTO.

Trata-se de um sofrimento invisível à primeira vista e que é carregado durante anos sem chegar a afastar o trabalhador de suas atividades, pelo contrário, muitas vezes é utilizado para garantir a sua produtividade.

Outras vezes, os próprios trabalhadores submetidos a tais atividades sentem-se impelidos pelo grupo a negar o medo e a insegurança que as situações perigosas geram nos seres humanos. Agem como se não houvesse o que temer. Neste esforço compartilhado de negar sentimentos indesejáveis, acabam por negar o próprio



Forno que explodiu em julho na RPBC - Cubatão

risco da situação de trabalho.

Para compreendermos o sofrimento que esta situação acarreta é preciso estar atento às subjetividades destes grupos. Isto é, as formas peculiares de estar no trabalho que cada grupo vai moldando através dos anos de convívio e que se constitui de vários fatores: história do grupo, relações cotidianas de trabalho, suas lutas e, além disso, o contexto mais amplo onde o grupo se insere.

Através desta ótica, foi realizado um estudo junto aos petroleiros da RPBC-Cubatão-SP. O objetivo foi o de analisar como se dá a vivência diária com as situações de risco que este ramo de atividade apresenta e o sofrimento que isto implica.

O estudo baseou-se em dados do arquivo do Sindipetro, como: boletins e acordos coletivos e em entrevistas com trabalhadores da ativa e aposentados, de diferentes setores e profissões.

Os depoimentos foram riquíssimos

em detalhes sobre o cotidiano de trabalho e as diversas atividades desenvolvidas; como também sobre o desgaste embutido na própria atividade.

Tal desgaste se dá tanto do ponto de vista físico - pela exposição a produtos tóxicos, poeiras, mal cheiro e altas temperaturas -, quanto do ponto de vista psíquico produzido pelo regime em turnos alternantes, grande responsabilidade pelos equipamentos, pela produção e pela vida dos colegas.

Pelos depoimentos, fica evidenciado que as situações de emergência são mais frequentes do que se imagina num primeiro momento. São relatos emocionados de situações trágicas onde se perdeu um companheiro, sempre acompanhado da constatação de que a vítima poderia ter sido ele próprio.

Estes relatos deixam muito claro que num local de trabalho como a refinaria o risco é coletivo. O que acentua a responsabilidade de todos - cada um em seu posto - quanto à vida e à segurança de todos.

O risco coletivo e o processo de trabalho interligado acabam por reforçar a necessidade de um grupo coeso para fazer frente a estes riscos.

Esta idéia de forte coesão encontra eco na própria história desta refinaria, que foi construída logo após a conquista do monopólio do petróleo em nosso país. A luta pelo monopólio, de proporções populares e forte envolvimento militar, acabou sendo retraduzida pelo grupo através de várias identificações com o corpo unido e responsável encontrado em instituições militares; o que provavelmente foi reforçado pelos vários militares que a dirigiram ao longo dos anos.

Tais identificações e a própria dificuldade de admitir a situação de insegurança e os sentimentos de medo face aos riscos de trabalho, acabam configurando aquilo que chamamos de "defesa". Ou seja, um esforço compartilhado de negar o medo e a morte,

que se expressa num agir com bravura heróica, sem levar em conta a real possibilidade de risco.

Percebe-se que existe a consciência da presença dos riscos, mas também uma necessidade de afirmar que para eles, enquanto grupo coeso, atuante e responsável, as situações de emergência são simples.

Também afirmam que há os que sentem medo. São os outros, os fracos. Esta afirmação recai principalmente sobre os trabalhadores de empreiteiras, aos quais são delegadas as atividades mais desqualificadas e além disso não possuem preparo nem equipamentos para trabalharem com segurança. Estes são trabalhadores temporários e seu número varia. Houve épocas, que chegou a superar o número de petroleiros na área.

Os dias que se seguem a situação de emergência, como as mencionadas, mostram que a premissa que vigora é a de que tudo tem que continuar: é isto que é esperado deles.

Vários mencionam que o "esquecimento" é que faz com que tudo volte à normalidade. Nos parece, entretanto, que este "esquecimento", na realidade, corresponde a um esforço inconsciente, compartilhado por todo o grupo, para que tudo volte ao estado anterior de fantasia onipotente de poder contra a morte, para que seja afastada da lembrança a certeza que o fato trouxe à tona, ou seja: que trabalhar naquele

local pode levar a acidentes e à morte.

Aqueles que por um motivo ou outro não compartilham deste esforço e denunciam a necessidade de mudanças e melhor prevenção dos riscos, trazendo a lembrança do perigo, são mal vistos e tidos como "aves de mal agouro".

Tais estratégias defensivas são produzidas e reproduzidas constantemente pelo grupo. É inegável que são necessárias para que seja possível se manter neste tipo de realidade. E sua intensidade é tal que acaba por se constituir na própria subjetividade destes homens, ou seja, em seu próprio modo de dar sentido a realidade e atuar sobre ela.

Mas, se por um lado, tais estratégias protegem contra sentimentos insuportáveis, por outro acabam tornando-os mais vulneráveis, porque dificultam as possíveis lutas num plano mais consciente e concreto.

Isto é, a discussão e o enfrentamento concreto das condições geradoras de risco ficam muito mais difíceis quando existe um esforço compartilhado de negar que ele exista.

Ao se analisar pormenorizadamente este grupo de trabalhadores, fica claro que, mesmo pertencendo a uma categoria tida como "privilegiada", sob o ponto de vista salarial e das condições gerais de trabalho, este privilégio não se dá sem preço, ou seja, o cotidiano de trabalho e as normas de convivência revelam que deveria

ficar camuflada — o sofrimento subjacente da adaptação a este trabalho e que acaba gerando estas formas defensivas de encarar o risco e o perigo.

Os adicionais monetários de insalubridade e periculosidade completam o quadro da camuflagem, quando ao longo dos anos de seu recebimento acaba-se por esquecer que eles se prestam a pagar o preço de se arriscar cotidianamente no exercício do trabalho.

Estas questões apontadas se colocam na ordem do dia para esta categoria, por diversos motivos: os entrevistados mencionaram um aumento das condições de risco e uma diminuição real de seus ganhos salariais. E ainda, mais recentemente, sabe-se que vêm se defrontando com a possibilidade de privatização da empresa, ou seja, mudanças estão se operando, antigos e conhecidos suportes do cotidiano estão se transformando, podendo implicar num maior sofrimento, mas também em mudanças na "formas de ser" dos trabalhadores.

É preciso estar atento e refletir sobre o que isto pode implicar, tanto a nível da saúde, como das possibilidades de luta para sua conquista. Luta esta, sempre atual.

Maristela Dalbello Araújo é psicóloga, trabalha atualmente no Centro de Vigilância Sanitária - SES - e dá aulas de psicologia do trabalho para os cursos de Engenharia de Segurança e Enfermagem do Trabalho.

Democracia foi debatida no CLAT

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e do Diesat, Sérgio Soares, esteve na Venezuela participando do Congresso Latino Americano dos Trabalhadores (CLAT). Estiveram presentes ao Congresso 38 trabalhadores representando várias entidades sindicais brasileiras. O encontro se deu na Universidade dos Trabalhadores Latino-americanos (UTAL). Nessa entrevista à *Trabalho & Saúde* Soares relata detalhes do Congresso.

T&S: O que os trabalhadores brasileiros foram discutir no Congresso Latino Americano?

Sérgio: Nós fomos discutir a democracia que queremos. Uma democracia onde os trabalhadores tenham direito de ser governo e de opinar. E, para isso, discutimos a democracia-burguesa. Pois a que existe hoje no Brasil só contempla os interesses dos poderosos.

T&S: E o que se pôde avançar nessa questão no Congresso?

Sérgio: Eu acho que essa discussão foi importante porque serviu para a gente discutir um modelo de democracia que seja nosso objetivo. Nós também chegamos a conclusão de que temos que usar essa democracia da burguesia para chegar ao poder. Mas, também na nossa avaliação, isso só ocorrerá se tivermos um povo organizado. E para isso acontecer o trabalhador precisa investir na sua formação cultural. A criação de Universidades para os trabalhadores é muito importante. Sem conhecer a sua história, sua história de lutas, a classe trabalhadora não tem condições de assumir o poder e instituir a democracia que queremos.

T&S: E o que ficou decidido no Congresso que pode contribuir para isso?

Sérgio: A CLAT tem interesse em formar quadros na América Latina

para que a gente deixe de ser manipulado e usado pela burguesia. O CLAT tem um projeto político histórico que é a democracia real e para isso desenvolve estratégias para atingir seu objetivo.

T&S: Quais são os aspectos importantes da estratégia da CLAT?

Sérgio: São muitas questões que fazem parte da estratégia de luta da CLAT. A luta contra a dívida externa, pela liberdade e pelo respeito aos direitos humanos são exemplos.

T&S: Do ponto de vista individual o que mais te chamou a atenção no Congresso?

Sérgio: Foi aprender um pouco da história dos trabalhadores da América Latina. É incrível como nossas lutas são tão similares e a gente não sabe o que o trabalhador peruano está fazendo, o argentino, o uruguaio. Nós temos que universalizar nossas reivindicações, pois estamos vivendo miseravelmente na América Latina e isso precisa ser modificado.

Ford na idade da pedra

A Ford, empresa que vende uma imagem de moderna e avançada para seus consumidores, continua na idade da pedra na relação com seus empregados. Centenas deles que trabalham na Ford de Guarulhos, produtora de rádios, cassetes e gravadores para exportação, se encontram com tenossinovite, provocada por esforços repetitivos, e a empresa não reconhece a doença e as trata como "folgadas", afirmando que não querem trabalhar. Desde 87, começaram a surgir os primeiros casos de tenossinovite na empresa e de lá para cá a própria Ford já assume que 350 trabalhadores estão debilitados. Mesmo assim até o momento nada foi feito de concreto e os que estão afastados por não terem condições recebem salários miseráveis e não conseguem se recuperar. Uma realidade que os tem motivado para lutar pelos seus direitos, mas que não tem dado em grandes resultados práticos porque a Ford fica minando com ameaças qualquer movimento organizado.

Quando surgiu o problema na empresa foi constatado que era decorrente do aumento da produção e do ritmo imposto. Segundo as trabalhadoras, que são a maioria, elas eram controladas por um gráfico que ficava a sua frente e que apontava o número de peças que eram rejeitadas. Ou seja, eram tratadas como máquinas e

não eram respeitadas nem na sua individualidade. A empresa considerava que todas tinham que ter o mesmo ritmo de produção e até biológico, as idas ao banheiro eram controladas.

Ao perceberem que aquele ritmo maluco estava lhes trazendo problemas. As dores nas mãos, punhos, braços, antebraços, ombros e coluna se tornaram frequentes. Foi nessa ocasião que as reclamações aumentaram — em 87 — e a Ford encaminhava-as para o seu serviço médico. Os médicos, então, as receitavam alguns comprimidos e nos casos mais graves as encaminhavam à fisioterapia. Dessa forma elas continuavam a trabalhar, paravam para a fisioterapia e retornavam em seguida ao trabalho. Obviamente isso não adiantava e as dores só aumentavam. Com a persistência do quadro a empresa as encaminhava ao convênio médico, que seguia a mesma linha de tratamento, comprimidos e fisioterapia, e não as afastava do trabalho.

Com a continuação dos problemas algumas começaram a ser afastadas, mas para isso tiveram que passar por diversas humilhações. Dando o exemplo da mentalidade que domina a empresa os chefes as acusavam de fracas psicologicamente, tentando dissimular o que existia de fato.

Após diversas pressões os afastamentos começaram a surgir com maior intensidade. Porém, na tentativa

de abafar o caso, a empresa as afastava mas não registrava como doença profissional, isto resultava num rebaixamento salarial brutal e obrigava-as a voltar ao trabalho mesmo sem condições.

Zezumina Madalena Munhos (ver carta no Espaço Aberto, na pág 3) já foi afastada por 5 vezes desde 86. Maria Aurimar de Castro, 8 anos de Ford, já foi afastada por quatro vezes. "Eu não tenho condições de fazer nada. Estou indo na empresa porque não dá para ganhar o que preciso afastada. Hoje sinto dor até para estender roupa. É uma situação muito complicada a nossa, porque é difícil arrumar outro emprego e não dá para continuar trabalhando lá na Ford" - afirmou Maria Aurimar.

Para encobrir os fatos a Ford começou a propor demissões voluntárias para as funcionárias que se encontravam doentes. Quase mil aceitaram, pois a empresa oferecia melhores condições para elas. Fez isso, ao invés de modificar a sua estrutura de produção na intenção de tapar o sol com a peneira.

Essas mulheres que hoje se encontram debilitadas para o trabalho já tentaram de tudo para reverter a situação e atualmente se reúnem no Programa de Saúde do Trabalhador da Zona Norte. A médica, Maria Maeno Setimi, encampou a luta delas e tem oferecido a estrutura do programa para encontros e discussões. Maeno entende que lutas com essa somente terão chances de sucesso se o movimento sindical tiver capacidade de aglutinar forças na luta pela defesa da saúde do trabalho. "Só há chances de sucesso se o movimento sindical entender de vez que a sociedade deve se responsabilizar pelos efeitos colaterais da produção da riqueza. E cabe a ele mostrar que o avanço tecnológico deve contribuir para melhorar a qualidade de vida não só daqueles que usufruem dos produtos fabricados, mas também daqueles que os fabricam" - afirmou Maeno.



SEMSAT

A questão ambiental

Nos dias 7, 8 e 9 novembro próximo o Diesat realizará a sua XI Semsat (Semana de Saúde do Trabalhador) que terá por tema "A Questão Ambiental e a Saúde do Trabalhador". A opção por esse tema se deve a oportunidade de realizar essa discussão no momento em que todos os governos preparam-se para a participação no Congresso da ONU sobre Meio Ambiente em 1992, que ocorrerá no Rio de Janeiro. O movimento sindical pode e deve dar a sua contribuição e por esse motivo que escolhemos esse tema para a Semsat.

Muitas questões deverão ser discutidas nessa ocasião, dentre elas a divisão internacional dos riscos, ou seja, o repasse dos riscos no trabalho dos países do Primeiro Mundo para os de Terceiro. Ao organizarem-se e lutarem pela melhoria das condições de trabalho e de vida em seus países de origem, os trabalhadores das nações ricas banem do seu dia-a-dia os danos à saúde causadas pelo trabalho. As empresas então transferem suas tecnologias obsoletas para os países terceiro mundistas, transferem as produções sujas, não exportando, porém, os benefícios alcançados por aqueles trabalhadores.

Após a queda do muro de Berlim, os ricos trataram de erguer, e cada vez mais altos, os muros que separam o Norte do Sul, os ricos dos pobres, acreditando que assim afastam-se definitivamente da sujeira gerada por eles. Enganam-se, esquecem que o planeta é por demais pequeno para tanta irresponsabilidade.

Outra questão que deverá ser discutida é aquela que costuma separar o espaço de dentro dos muros das fábricas do espaço de fora, como se eles não fossem contaminados em mão-dupla, um pelo outro. Como se o que se passa no interior das fábricas não prejudicasse o que está fora, e como se as decisões tomadas fora (onde estão os patrões e governos) não determinassem a forma da organização do trabalho, as doenças, os riscos, os acidentes etc. Esses espaços são na verdade indissociáveis e

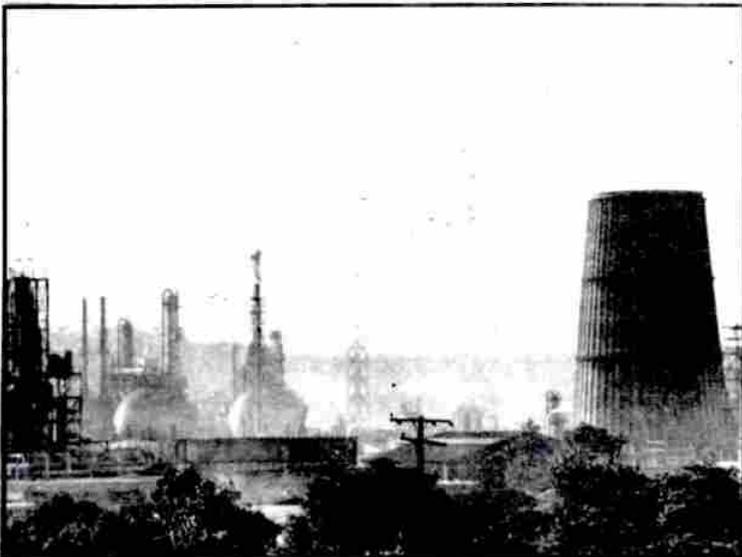
uma visão de conjunto tem que ser elaborada, assim como esforços de todas as procedências têm que ser somados para fazer frente ao desafio ambiental. Afinal, o mesmo modo de trabalhar que hoje mata, adocece e invalida trabalhadores no mundo inteiro foi

montado em função de uma forma de apropriação da natureza que esgota os recursos naturais, dilapida o meio ambiente, contamina indiscriminadamente ar, solo e água, prestando contas apenas à ânsia dos lucros e à dominação da ampla maioria de homens, mulheres e crianças.

Essa mesma discussão deverá ser levada nos três setores da economia: os venenos usados na agricultura ao mesmo tempo que intoxicam os trabalhadores, envenenam os alimentos que vão à mesa de seus familiares; as indústrias que a tudo poluem, mutilam e matam o trabalhador; os acidentes de trânsito que provocam elevado número anual de mortes de condutores despejam toneladas de produtos tóxicos nos cursos de água; o papel de que, por exemplo, os bancos fazem largo uso, pressupõe a derrubada diária de imensas florestas em cujo trabalho o operário vê diariamente seus companheiros terem os braços amputados.

Discutir a questão ambiental é discutir um modelo de economia, apresentado como natural, para o qual cabe ao trabalhador apresentar e impor sua alternativa.

A conferência sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento a ser realizada pela ONU tem sido questionada



Uma paisagem nada futurista e avançada

por entidades ambientalistas do mundo inteiro. Dois são os principais motivos do questionamento. Primeiro em função dos acanhados esforços de todos os países em abordar esse problema de forma correta e decidida. Segundo pela experiência do último encontro dessa natureza realizada em Estocolmo no ano 72. Naquela ocasião os governos participantes negligenciaram a questão ambiental, alegando que antes deveriam ser resolvidos os problemas decorrentes da pobreza no mundo. Por esse motivo no Brasil chegou-se a apelidar o evento de ECOCIRCO, fazendo alusão à encenação atrapalhada em que provavelmente se converterá a Conferência organizada pela ONU.

Pretendo, porém, que a Conferência, em todo caso, resulte em encaminhamentos frutíferos, as entidades ambientalistas, aliadas a um sem-número de organizações da sociedade civil, vão realizar por ocasião da data da Conferência, eventos paralelos com o objetivo de acompanhar as discussões dos governos participantes. Já neste ano uma série de eventos preparatórios vêm sendo encaminhados nesse sentido. Um dos objetivos desta Semsat é contribuir para a ampliação dessa discussão no meio sindical.

ESTANTE



LIVROS

Resenha

* *Cotidiano de trabalhadores na República - São Paulo - 1889/1940 - Maria Auxiliadora Guzzo de Decca* coleção *Tudo é História* — nº 130 Editora Brasiliense, São Paulo, 1990

Agda Ap. Delia

Em 1870, o Brasil já passava por transformações político-institucionais decorrentes da expansão cafeeira em São Paulo, que culminariam com o estabelecimento da República em 1889. O café, nas últimas décadas do Império, foi o responsável pelo desenvolvimento urbano, que seria marcado por um crescimento industrial significativo, um sistema de transporte e de crédito ágil, imigração estrangeira massiva e, conseqüentemente, o aumento da população.

Desde esta época, é possível vislumbrar o aparecimento de um operariado urbano-industrial. Prova disso são as várias associações operárias, sociedades de auxílio mútuo, organizações profissionais, agremiações de trabalhadores e jornais dirigidos aos imigrantes. Manifestações que marcam o surgimento de novos grupos e forças sociais no país muito embora, alguns estudos situem como marco o ano de 1890 na constituição de uma classe operária, que na construção de sua identidade, contrapõem-se aos interesses burgueses.

"Cotidiano de Trabalhadores na

República — São Paulo, 1889/1940", de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca apresenta o mundo do trabalho, fora dos limites dos muros da fábrica — o universo das relações sociais e de trabalho e o universo da metrópole, que pelas características de crescimento confrontava-se com a opinião de que "antigamente vivia-se melhor".

As duras condições de existência — salário, habitação, saúde, educação e lazer — opunham-se ao aumento progressivo do conjunto industrial e urbano. Os censos industriais disponíveis, desde os primeiros anos do século até 1940, demonstram que a cada década duplicava o número

de estabelecimentos industriais de diferentes portes e natureza e, conseqüentemente, na mesma proporção, a mão de obra operária empregada. Entretanto as condições de vida e trabalho não retratavam o avanço social propalado pelos republicanos. A República comprometida com o discurso de igualdade demonstrou, desde cedo, em relação aos trabalhadores, um caráter repressivo e excludente.

Inúmeras greves na capital, no interior e no porto de Santos, revelaram a revolta de um operariado que traçava sua história. — baixos salários, padrões alimentares deficientes e inadequados, habitações precárias — assim como a saúde e a higiene — pequena possibilidade de instrução e escasso tempo de lazer.

O empresariado, por sua vez, soube fazer uso dos instrumentos de controle social que cresciam. A educação e a moradia, por exemplo, eram adequados às necessidades da produção. Pelos idos de 1920, as empresas tornavam-se o centro de várias comu-

Cotidiano de trabalhadores na República

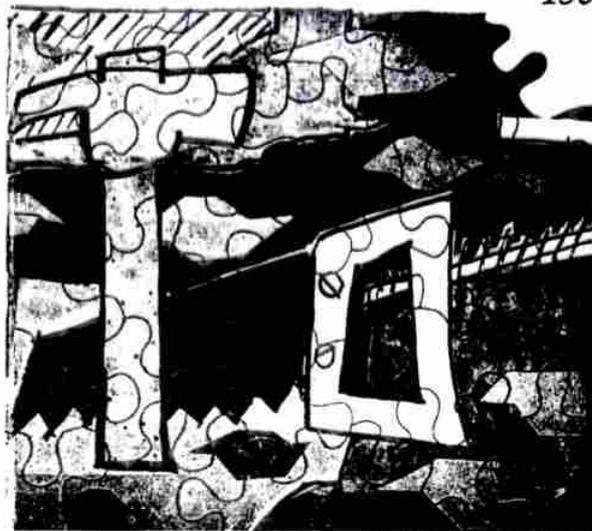
São Paulo - 1889/1940

Maria Auxiliadora Guzzo de Decca



tudo é história

130



editora brasiliense

nidades/bairros.

Os empresários investiram no crescimento desses bairros operários, construindo vilas de casas ao redor das indústrias; os cursos profissionalizantes eram criados com o intuito de preparar a mão de obra adequada às exigências do mercado; o lazer era promovido segundo os critérios de disciplina social; festivais eram oferecidos aos operários com o auxílio da igreja local. Medidas que traduziam o controle dos conflitos e tensões sociais, perfeitamente de acordo com a conjuntura política da época. Os trabalhadores grevistas, por exemplo, eram constantemente ameaçados de despejo, o que transformava esses "benefícios" em eficientes formas de confinamento e repressão.

"Cotidiano de Trabalhadores na República", aborda o mundo do trabalho não apenas na esfera da produção mas, especialmente, trata os modos de vida, a cultura, a casa, como representativos da história de uma classe social.

EXPEDIENTE



TRABALHO & SAÚDE

Informativo do Departamento Inter-sindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - Diesat. End. Av. Ipiranga, 795 - 6º andar - s/613 - CxP 4901 - CEP 01051 - São Paulo - SP - Tel. 222.3801

DIRETOR RESPONSÁVEL: Remígio Todeschini

EDITOR RESPONSÁVEL: Renato Rovai

COMPOSIÇÃO: Página Laser Editoração Eletrônica - Fone: 572-2765
COLABORAM NESTE NÚMERO: Mário Bonciani, Maristela Dalbello Araújo, Paulo Roberto do Nascimento, Agda Ap. Deifa.

TIRAGEM: 2.500 exemplares

ASSINATURA: Entidades Sindicais Anual - (4 números) Cr\$ 2.900,00
 Bianaual - (8 números) Cr\$ 5.800,00

DIRETORIA

Diretoria Executiva: Remígio Todeschini, Gilberto S. da Silva, Uriel Villas Boas, Robélio Cruz da Silva, Nelson Cirtoli, Edivaldo Eustáquio da Paz, Lorival Batista Pereira, Sérgio Soares e João Réus do Nascimento.

Conselho Fiscal: Moisés Moreira Santos, Ubirajara Tannuri Félix, Márcio Câmara Leal, Hemínio Simões da Silva, Severino Félix da Silva e Paulo Roberto Thimóteo.

**PERMITIDA A
REPRODUÇÃO DE
MATÉRIAS DESDE QUE
CITADA A FONTE.**

SINOPSE

Análise de conjuntura

Muito interessante o boletim "Análise de Conjuntura" do Grupo 13 de maio - NEP do último 30 de maio. Nele o editor reúne alguns dados do IBGE, referentes aos últimos 10 anos, sobre o comportamento dos setores da economia no Brasil. Pela análise desses dados percebe-se que, nesse período, houve um aumento da participação das atividades não produtivas na composição do PIB, com a subsequente diminuição da participação dos setores produtivos.

Este comportamento da economia se expressou num "aprofundamento da mais-valia absoluta como mecanismo preponderante de exploração e produção de capital".

A extração de mais-valia absoluta exige a fome, a miséria e a saúde da população trabalhadora. O trabalhador é levado a produzir mais e ganhar menos. Para desempenhar suas atividades de trabalho nas condições duríssimas impostas pelo tipo de extração de mais-valia, alimenta-se melhor que sua família, subtraindo dela o alimento necessário a sua atividade. A situação social gerada por esse comportamento da economia não pode nos deixar surpresos diante das notícias sobre febre amarela, dengue ou cólera. São doenças próprias da miséria em que o brasileiro foi jogado. O mesmo se aplica ao elevado número de acidentes do trabalho e doenças profissionais, sendo que a maior parte delas sequer são registradas nas esta-

Respeito à saúde

Três diferentes paralisações de trabalho ocorreram na Volkswagen. Todas foram curtas, por algumas horas apenas, e motivadas por falta de respeito à saúde dos trabalhadores.

Os companheiros da Volks reclamam, há muito tempo, da falta de condições de trabalho na empresa. Os cipeiros já fizeram reuniões, documentos, inspeções, mas a maioria dos problemas permanece sem solução.

A Volks alega falta de verbas, apesar

de seu presidente, Miguel Carlos Barone, ficar dizendo a imprensa que serão investidos U\$S 2 bilhões na empresa entre 1991 e 1994.

Caça Benzeno

O INST-CUT está organizando uma operação Caça Benzeno. Para promovê-la foi organizado, nos dias 2 e 3 de abril, em Belo Horizonte, um Seminário Nacional da CUT sobre a questão do benzeno. A partir das discussões nesse encontro é que foi definida a ação da operação. Agora o INST está distribuindo aos sindicatos cartazes, adesivos e broches para divulgar a campanha e está editando um vídeo, "A maldição do benzeno".



Silicose

O Governo do Ceará suspendeu a escavação artesanal de poços para abastecimento de água no estado, após estudo realizado pela Associação Cearense de Pneumologia que diagnosticou a morte de 26 cavadores de poços por silicose. Apenas na Serra de Ibiapaba foram diagnosticados 120 casos de silicose, mas os técnicos cearenses calculam que dos 1500 cavadores de poços, 318 contraíram a doença.

Césio 137

O número de vítimas do acidente nuclear com o Césio 137, ocorrido em Goiana em setembro de 1987, aumentou das 118 oficialmente reconhecidas para 736 casos comprovados, conforme anunciou a presidenta da Associação das Vítimas do Césio, Terezinha Fabiano.

PROMOÇÃO

Todos os sindicatos filiados recebem mensalmente o **Informe Diesat** e trimestralmente a **Trabalho & Saúde**. Acontece que cada sindicato recebe apenas um exemplar de nossos veículos e isso não tem sido suficiente para que toda a diretoria e os cipeiros tomem conhecimento das questões que são colocadas e debatidas, tanto pelo **Informe** como pela **Trabalho & Saúde**. Para que mais pessoas possam ter acesso às informações que veiculamos estamos fazendo uma promoção especial para os sindicatos filiados que sentem a necessidade de investir na formação e na ampliação das informações sobre saúde e trabalho.

A tabela abaixo mostra as vantagens para quem fizer mais assinaturas:

ANUAL			
01 assinatura	2.600,00	por exemplar	
2 e 3 assinaturas	2.470,00	"	5% de desconto
4 e 5 assinaturas	2.288,00	"	12% de desconto
6 a 10 assinaturas	2.132,00	"	18% de desconto
11 a 15 assinaturas	1.950,00	"	25% de desconto
mais de 15 assinaturas	1.820,00	"	30% de desconto

BIANUAL			
01 assinatura	4.900,00	por exemplar	
2 e 3 assinaturas	4.655,00	"	5% de desconto
4 e 5 assinaturas	4.312,00	"	12% de desconto
6 a 10 assinaturas	4.018,00	"	18% de desconto
11 a 15 assinaturas	3.675,00	"	25% de desconto
mais de 15 assinaturas	3.430,00	"	30% de desconto

* Promoção válida até o dia 10 de setembro

CUPOM DE ASSINATURA Trabalho & Saúde

Nome:
Sindicato:
Endereço:
Telefone:

Desejo receber _____ números da revista Trabalho & Saúde pelo período de _____ ano (s).

() Assinatura anual (4 números)

() Assinatura bianual (8 números)

* Preencha a ficha acima ou copie-a, anexe cheque nominal ao Diesat envie para a
Cx postal 4901 - CEP 01051